

RECONHECER-SE NA ORIGEM, MOVIMENTAR-SE PELO TEMPO: A PSICANÁLISE E AS PRÁTICAS COLETIVAS

RECOGNIZING ONESELF AT THE ORIGIN, MOVING ACROSS
TIME: PSYCHOANALYSIS AND COLLECTIVE PRACTICES

RECONOCERSE EN EL ORIGEN, TRANSITAR EN EL TIEMPO:
PSICOANÁLISIS Y PRÁCTICAS COLECTIVAS

Ágata Barbi¹

Resumo: Desde o início das produções textuais de Freud sobre sua trajetória clínica, percebemos seu desassossego em relação àquilo que escutava e estudava, mostrando-se atento, inquieto e criativo. No início deste artigo, percorro um brevíssimo passeio pela história da criação da psicanálise, com o intuito de reencontrar as marcas deixadas neste rastro de inquietação em nossa prática hoje. É evidente que a psicanálise foi criada em contexto e cultura diferentes dos que vivemos hoje, especialmente no Brasil, portanto, não é possível simplesmente decalcá-la. Considerando a crítica situação econômica, social e racial que vivemos hoje no Brasil, como sustentar o método psicanalítico sem reproduzir uma lógica individualizante do sofrimento ou sem que opere como forma encobridora do discurso meritocrático neoliberal e, conseqüentemente, aporofóbico e racista? Como a psicanálise pode avançar em outros territórios, sem que com isso se afaste dos seus fundamentos e se torne uma militância política? Essas inquietações, instigadas principalmente pela minha participação em coletivos de psicanálise, apontaram na direção dos efeitos do trabalho coletivo como potência de transformação social e da própria psicanálise. A partir de Freud, Laplanche, Danto e alguns outros, faço um percorrido pela história e relevância das clínicas públicas, suas diferenças com a clínica privada e, com isso, uma reflexão sobre a posição e o desejo do analista. Como proposta de caminho possível para as perguntas acima, apoio minha argumentação nas noções de dissidência cívica e obrigação ética de Frèdèric Gros e também na perspectiva ética de pensamento e na noção de micropolítica ativa de Suely Rolnik.

Palavras-chave: Clínicas públicas. Escuta territorial. Ética. Psicanálise.

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicanalista em formação pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Integrante dos coletivos Psicanálise na Praça de Porto Alegre, SIG Intervenções Psicanalíticas e Conversas do Humano. Co-coordenadora da Comissão de Ações Afirmativas da Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre. E-mail: agatabarbi@gmail.com
DOI - <https://doi.org/10.59927/sig.v12i1.18>

Abstract: Since the beginning of Freud's textual productions about his clinical journey, we perceive his restlessness regarding what he heard and studied, showing himself attentive, restless, and creative. At the beginning of this article, I take a brief journey through the history of the creation of psychoanalysis, aiming to rediscover the marks left in this trail of restlessness in our current practice. It is evident that psychoanalysis was created in a context and culture different from what we experience today, especially in Brazil, so it is not possible to simply transplant it. Considering the critical economic, social, and racial situation we experience in Brazil today, how can we sustain the psychoanalytic method without reproducing an individualizing logic of suffering or without it operating as a cover for the neoliberal meritocratic discourse and, consequently, for aporophobic and racist attitudes? How can psychoanalysis expand into other territories without moving away from its foundations and becoming a political militancy? These concerns, mainly triggered by my participation in psychoanalytic collectives, have pointed in the direction of the effects of collective work as a potential for social transformation and for psychoanalysis itself. Drawing from Freud, Laplanche, Danto, and a few others, I traverse the history and significance of free clinics, their differences from private practice, and consequently, reflect on the position and desire of the analyst. As a possible path proposed for the above questions, I support my argumentation through the notions of civic dissidence and ethical obligation from Frédéric Gros, as well as the ethical perspective of thought and the notion of active micropolitics from Suely Rolnik.

Keywords: Free clinics. Territorial listening. Ethics. Psychoanalysis.

Resumen: Desde el inicio de las producciones textuales de Freud sobre su trayectoria clínica, percibimos su inquietud en relación con lo que escuchaba y estudiaba, mostrándose atento, inquieto y creativo. Al comienzo de este artículo, realizo un breve recorrido por la historia de la creación del psicoanálisis, con el objetivo de redescubrir las marcas dejadas en este rastro de inquietud en nuestra práctica actual. Es evidente que el psicoanálisis fue creado en un contexto y cultura diferentes a los que experimentamos hoy, especialmente en Brasil, por lo que no es posible simplemente trasplantarlo. Considerando la crítica situación económica, social y racial que vivimos en Brasil hoy en día, ¿cómo podemos sostener el método psicoanalítico sin reproducir una lógica individualizante del sufrimiento o sin que funcione como una cubierta para el discurso neoliberal meritocrático y, en consecuencia, para actitudes aporofóbicas y racistas? ¿Cómo puede expandirse el psicoanálisis a otros territorios sin alejarse de sus fundamentos y convertirse en una militancia política? Estas preocupaciones, desencadenadas principalmente por mi participación en colectivos psicoanalíticos, han señalado en la dirección de los efectos del trabajo colectivo como un potencial de transformación social y para el propio psicoanálisis. Basándome en Freud, Laplanche, Danto y algunos otros, recorro la historia y la importancia de las clínicas públicas, sus diferencias con la práctica privada y, en consecuencia, reflexiono sobre la posición y el deseo del analista. Como posible camino propuesto para las preguntas anteriores, respaldo mi argumentación a través de las nociones de disidencia cívica y obligación ética de Frédéric Gros, así como la perspectiva ética del pensamiento y la noción de micropolítica activa de Suely Rolnik.

Palabras clave: Clínicas públicas. Escucha territorial. Ética. Psicoanálisis.

Quando o rio esquece onde nasce, ele seca e morre.
 Provérbio africano

RASTROS DE INQUIETAÇÃO E INVENÇÃO: UMA BREVE EXCURSÃO

A genialidade de Freud advém especialmente da sua inquietação e sua capacidade inventiva, que provocou desvios no curso da neurologia e da psiquiatria de sua época. Desvio enquanto proposição de um novo caminho que não necessariamente renega o já estabelecido. É *a partir de* e não *a despeito de*. É possível acompanhar ao longo da obra freudiana a construção de sua teoria a partir de inquietações e questionamentos sobre noções correntes na classe médica da época. Por exemplo, o entendimento, junto com Charcot, de que a histeria seria uma patologia comum tanto em homens quanto mulheres não era bem aceita por muitos médicos da época. Mesmo assim, Freud se posiciona a respeito disso em seu relatório sobre os estudos em Paris e Berlim e também no texto *Observação de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico*, ambos escritos em 1886. Na primeira parte de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2010), Freud se refere à compreensão da classe médica de sua época sobre as chamadas “inversões” (termo usado naquele tempo para a homossexualidade) entendidas por uma via patológica de degeneração, ao que propõe de forma crítica o questionamento da normativa heterossexual tomada até então como normal ou não patológica. Inclusive, ele manteve sua inquietação acerca do tema, propondo novas reflexões nas modificações e acréscimos que fez a cada reedição do texto, em 1909, 1914 e 1920. Em seu discurso, no V Congresso Psicanalítico Internacional ocorrido em Budapeste, em 1918, e depois redigido em 1919, sob o título *Caminhos da terapia psicanalítica* (1919/2010), Freud propunha uma flexibilização daqueles que exerciam a psicanálise para que ela pudesse ser acessível aos mais pobres, na perspectiva de provocar uma transformação social.

Faço esse breve passeio pela história da psicanálise para marcar o quanto Freud estava atento às necessidades e possibilidades que surgiam a cada tempo: seja pela guerra, que provocou em Freud questionamentos que o levaram a modificar sua teoria pulsional; seja por questões que apareciam na sua clínica, que o faziam questionar e modificar conceitos; seja por questões pessoais, como podemos acompanhar nas cartas que mantinha com seus colegas e interlocutores, especialmente com Fliess.

Da mesma forma que repetimos que se deve ler Freud considerando-o “um homem de sua época”, é necessário seguir reinventando a psicanálise para a nossa época e, mais ainda, no que nos concerne, para a realidade brasileira. É evidente que há uma herança colonial que tem efeitos na nossa sociedade, contudo há que se lembrar que não estamos na sociedade burguesa europeia do início do século XX, onde Freud estava inserido. Ignácio Paim Filho relembra a importância de “ter em mente a recomendação freudiana sobre o lugar da transgressão como elemento disruptivo do que está estabelecido no processo de análise” (PAIM FILHO; PAIM, 2023, p. 53), citando uma carta de Freud a Pfister, na qual escreve que os psicanalistas precisam de uma porção de criminalidade para que haja produção em psicanálise. Logo, parto dessa recomendação freudiana para refletir sobre o posicionamento ético daqueles que exercem a psicanálise no contexto atual da sociedade brasileira, especialmente por meio do trabalho em coletivo.

A psicanálise ainda tem relevância, porque se movimenta e se renova. É evidente que nessa roda viva da psicanálise, constantemente retomamos seus conceitos fundamentais, para não perder de vista a origem e o que sustenta o método. O olhar atento a essa fina linha que separa o rigor com o método da rigidez das regras incólumes parece eclodir novamente com a escalada recente da criação de projetos de escuta psicanalítica que surgem como um desvio do considerado “*setting* tradicional”, que é a clínica privada.

CLÍNICA PRIVADA, CLÍNICA PÚBLICA E ESCUTA TERRITORIAL: POSIÇÃO E DESEJO DO ANALISTA

Após alguns anos de participação em dois coletivos que propõem a escuta psicanalítica para além da clínica privada e também do constante diálogo com pares acerca das clínicas públicas e da escuta territorial², senti-me impelida a tecer alguns enlaces entre noções psicanalíticas e a experiência nesses coletivos, na tentativa de imaginar direções e desvios possíveis de transformação *na e pela* psicanálise.

Apresento aqui, de forma breve, os coletivos dos quais participo e, portanto, de onde nascem e florescem as minhas experiências e inquietações. O coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre é formado por psicanalistas de diferentes trajetórias de formação, e desde 2018 oferece escutas individuais, semanalmente, aos sábados pela manhã, na Praça da Alfândega, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre e, também, desde 2023, quinzenalmente, aos sábados pela manhã, no Instituto de Educação Josué de Castro, localizado no Assentamento do MST Sepé Filho em Viamão/RS. O coletivo SIG Intervenções Psicanalíticas, formado por psicanalistas membros da Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre, desde 2010 oferece escuta e possibilita testemunhos de grupos, em diferentes territórios e formas de organização social. Ambos os coletivos oferecem, de forma eventual, espaços abertos e gratuitos de transmissão da psicanálise.

Quando se fala sobre o trabalho dos coletivos, principalmente em instituições psicanalíticas, é comum escutar questões sobre esse desvio que se faz do *setting* tradicional – paredes, poltronas, divã, relógio, dinheiro – e também sobre a transferência, já que muitas vezes as escutas ocorrem com uma dupla de analistas ou o coletivo todo. Laplanche, no livro *A tina*, escreve que

[...] a análise é uma formação artificial, mantida, circunscrita, por regras. O que a fecha é, por um lado, o que chamamos *setting* (enquadre espacial-temporal, enquadre pecuniário, etc.), a seguir a regra fundamental e finalmente o que denomino recusas do analista, aquilo que o analista recusa e aquilo a que ele se recusa [...] sustentarei aqui que a análise, apesar de algumas de suas prescrições assumirem talvez a forma de imperativos categóricos, não é uma pedagogia da Lei, mas simplesmente uma invenção, em última instância bastante genial, de Freud (LAPLANCHE, 1993, p. 176).

² Ao longo do texto, refiro-me à clínica pública, amparada no discurso de Freud em Budapeste (1919), enquanto uma prática livre da circulação do dinheiro para possibilitar o acesso de pessoas sem recursos financeiros à psicanálise. Já quanto à escuta territorial, recorro à conceitualização de Emília Broide e Tales Ab’Sáber (2017), enquanto uma imersão em uma localização geográfica específica onde habitam ou circulam aqueles que estão sendo escutados.

O autor elenca três pilares fundamentais de um processo de análise: o *setting/enquadre*, a associação livre/atenção flutuante e a recusa do analista (condição de produção de transferência). Seguindo pela literalidade do texto, pode-se depreender que Laplanche faz referência ao *setting* em seu enquadre material e concreto (espacial, temporal e pecuniário). Com efeito, nas clínicas públicas e escutas territoriais há, em geral, uma variação do enquadre material quando comparado à clínica privada. Portanto, não sejamos literais, o enquadre não se dá pela materialidade e concretude de um consultório privado. É, em uma análise, um espaço que possibilita a simbolização e decorre da interiorização da experiência de análise pessoal do analista (URRIBARRI, 2010). Urribarri, ao dialogar com a obra de André Green, argumenta que a “diversidade da prática, com seus enquadres variáveis, encontra sua unidade (ao mesmo tempo seu fundamento e sua condição de possibilidade) no ‘enquadre interno do analista’ como aval do método” (URRIBARRI, 2010, p. 30).

Pode-se diferenciar uma clínica privada de uma clínica pública por simples oposição semântica entre público e privado. Todavia, ao que interessa à psicanálise fazemos referência a um espaço simbólico, onde “é o desejo que o constitui e o sujeito que nele se realiza” (DUNKER, 2019, p. 10). Ao desviar da significação semântica em direção a uma significação política, de reconhecimento do entrecruzamento que há na realidade entre público e privado, apreende-se que a distinção não é clara: “há coisas, bens e interesses que pertencem ao espaço público e que são do escopo privado [...], assim como há bens e interesses que pertencem ao espaço privado e que são do interesse público” (DUNKER, 2019, p. 19). Desta forma, propõe Dunker, surge a necessidade de uma modificação da compreensão sobre a circulação do dinheiro, na qual de um lado há equivalência entre público e gratuito e, de outro, entre privado e pago. Emília Broide propõe que o dinheiro seja tomado como significante e não pela sua concretude, “pois se o registro da falta ficar preso exclusivamente à carência do indivíduo que não possui dinheiro para pagar a sua sessão, não será possível operar a torção que possibilita que a falta trabalhe no sujeito como causa de desejo” (BROIDE, 2017, p. 2).

Os dispositivos de clínica pública e escuta territorial nascem do desejo de psicanalistas que se inquietam com a bruta realidade social de determinadas camadas da população brasileira e veem na psicanálise uma possibilidade de criação de novas vias de transformação. Considero importante destacar a concepção de Emília Broide sobre um analista *posicionado*, e não *intencionado*, diferenciando a prática analítica de uma prática de militância ou doação, pois enquanto *posicionado* “implica que ele leva em consideração a transferência e o inconsciente como direção do trabalho clínico” (BROIDE, 2017, p. 2). Sem o desejo e a aposta por parte do analista, assim como em qualquer processo de análise, não há caminhada possível.

DESVIO, DESOBEDIÊNCIA E ÉTICA

Em *Caminhos da terapia psicanalítica*, Freud (2010) reflete sobre o alcance e o acesso à psicanálise quando propõe que os pobres teriam tanto direito a um tratamento psicanalítico quanto a outro tratamento da saúde do corpo e que, para que a prática fosse possível, ela teria de ser gratuita e sua técnica adaptada, sem perder o rigor, o que não a tornaria “menos psicanálise”. A proposição de Freud é um desvio do caminho até então conhecido da psicanálise: a clínica privada para a classe burguesa da sociedade europeia do século XX.

Freud abre, então, uma nova via para pensar e praticar a psicanálise, ao defender a análise leiga, a flexibilização dos honorários dos analistas e a gratuitidade de um tratamento, entendendo que ela teria a potência de liberação das “habilidades de raciocínio nos indivíduos oprimidos e que o insight pessoal (combinado com o pensamento crítico) conduziria naturalmente à independência psicológica” (DANTO, 2019, p. 386-387). Emilia Broide escreve que a psicanálise “não passa imune ao momento histórico, social, político e econômico que a determina” (BROIDE, 2017, p. 2). Com isso, depreende-se que a renovação da psicanálise é inerente e necessária a ela própria, afinal, é o que a mantém viva. E esse movimento só pode advir daqueles que a exercem, de forma inventiva e rigorosa, como propõe Freud. Não podemos esquecer nossa origem, mas o rio corre.

O surgimento de clínicas públicas de psicanálise não é uma novidade, como historiciza Elizabeth Ann Danto, em seu livro *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. No primeiro capítulo, quando relembra o discurso de Freud em Budapeste, Danto escreve que o apoio e a luta de Freud em relação às clínicas públicas mostram um “desvio substancial de uma tradição de privilégio dos médicos” (DANTO, 2019, p. 3). Ressalto a palavra “desvio”, reiterando o passeio feito no início deste escrito, para propor uma aproximação com a noção de “desobediência”, trabalhada por Frédéric Gros em seu livro *Desobedecer*, e também da noção de “insurreição micropolítica” trabalhada por Suely Rolnik em seu livro *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*.

Ofereço essa aproximação sob a perspectiva de que os coletivos de psicanálise propõem um desvio – uma desobediência e uma insurreição micropolítica – do instituído, tanto na psicanálise quanto no espaço-território, onde se dispõem a uma escuta psicanalítica. Cria-se e marca-se uma diferença no momento em que chegamos ao território, seja na praça, seja na escola, seja onde for. Afinal, somos outros, vindos de um outro território, abertos à escuta, movidos pelo desejo e apostando na criação de frestas. Quando ocupamos a Praça da Alfândega, por exemplo, criamos ali uma modificação na fotografia da praça, uns têm curiosidade e se aproximam nos perguntando: “Afinal, o que é isso... psicanálise?”. E assim se abre uma possibilidade, assim se inaugura o desejo da escuta.

No entanto, para que esses dispositivos existam, precisa-se desviar do instituído, modificar as práticas, desobedecer algumas regras e encontrar ressonâncias com aqueles que apostam na construção e viabilização destes. Arrisco afirmar que reproduzir o método psicanalítico de forma dogmática é contraproducente com a história e a escuta psicanalítica. Pensar e questionar a psicanálise, crítica e eticamente, é responsabilizar-se por ela. Para Frédéric Gros (2018), a desobediência usualmente é compreendida como algo da ordem da irresponsabilidade, entretanto, o autor faz uma inversão dessa compreensão. Para ele, o sujeito que obedece é quem na verdade se desresponsabiliza, aquele que diz “fiz porque mandaram” ou “eu só estava obedecendo uma ordem”, como no conhecido julgamento de Eichmann³. Ao destrinchar algumas formas de responsabilidade, Gros escreve sobre a responsabilidade global, que seria a responsabilidade do mundo, em um sentido de que não é possível ficar imune

³ Hannah Arendt publicou em 1963 o livro *A banalidade do mal* onde escreve sobre o julgamento de Adolf Eichmann, oficial nazista que protagonizou os horrores do Holocausto. Frédéric Gros retoma esse caso no segundo capítulo do livro *Desobedecer* (2018).

ARTIGO

e indiferente a questões da humanidade. Uma posição de neutralidade, diante da realidade social crítica, nada mais é do que uma escolha de *cumplicidade passiva*, um não querer saber ou ver, como quem diz “eu não tenho *nada a ver* com isso”.

A responsabilidade é, para o autor, um processo de subjetivação, no qual o sujeito encontra em si uma parte indelegável, uma parte onde o sujeito é, justamente por não ser um outro (GROS, 2018, p. 192). Esse *eu indelegável* se dá na “junção entre a obrigação ética e a dissidência cívica” (p. 184). A disposição ética, que Gros conceitua a partir de Michel Foucault, é “a maneira como cada um se relaciona consigo mesmo, constrói para si certa ‘relação’ a partir da qual se autoriza a realizar determinada coisa, a fazer isto e não aquilo” (p. 33). Portanto, pode-se imaginar uma situação hipotética em que se delega a outro uma ação e com isso se alivia a perspectiva de obrigação, afinal, outra pessoa o fará – um outro que não eu. Pode-se também imaginar outra situação, em que o sujeito atua, desavisadamente ou não, em algo que reprova e justifica que “poderia ser outro”, mas não foi. Essa é a diferença primordial: é a diferença que não faz diferença para o mundo, mas faz para si. É aí que surge o eu indelegável, “é esse eu que desobedece” (p. 197). Um coletivo de sujeitos com essa disposição e obrigação ética, que consideram a existência e a importância dessa parte indelegável de si, pode operar como uma insubmissão coletiva ou dissidência cívica, onde

se produz uma covibração de inúmeros “si” indelegáveis, porque a situação degradou-se a tal ponto que cada um sente a urgência de reagir e a necessidade de não mais obedecer. É a essência das revoluções quando cada um se recusa a deixar a outro sua própria capacidade de supressão para restaurar uma justiça, quando cada um se descobre insubstituível para se pôr a serviço da humanidade inteira, quando cada um faz a experiência da impossibilidade de delegar a outros o cuidado do mundo (GROS, 2018, p. 184).

Podemos aproximar a ideia de “covibração de inúmeros ‘si’ indelegáveis” com o que Suely Rolnik (2018) propõe sobre o esforço coletivo enquanto reapropriação da potência criadora de modos de existência, sendo um caminho possível de insurreição ao modelo social e econômico – colonial-capitalístico, como nomeia a autora – dominante e vigente. Um caminho possível no sentido do desejo de encontrar outras respostas e de criar uma diferença, a partir de uma disposição ética, daquilo que já está posto. Portanto, torna-se necessário um movimento de composição e recomposição para romper com “a cena pacata do instituído” (ROLNIK, 2018, p. 60). Para Rolnik, a *micropolítica ativa* se dá a partir de uma política do desejo, própria de uma subjetividade que é capaz de sustentar os movimentos paradoxais do inconsciente, “suportando a tensão que a desestabiliza e o tempo necessário para a germinação de um mundo, sua língua e seus sentidos” (p. 60). A *insurreição micropolítica* é como um protesto pulsional dos inconscientes, que visa a “liberar a vida de sua expropriação” (p. 122). A autora se refere aos traumas de raça, classe e etnia como sendo as formas de expropriação da vida mais difíceis de superar, já que se iniciam antes do nascimento e são reproduzidos e atualizados por toda a vida, desqualificando o sujeito e o colocando em constante ameaça à sua integridade.

Quando se criam, por exemplo, políticas de ações afirmativas em instituições no Brasil – como ação de reparação histórica para negras, negros e

indígenas – deve-se atentar à não repetição de uma prática que toma o instituído da lógica dominante como absoluta e universal, pois dessa forma se perde

o acesso à imprescindível experiência de habitar a trama relacional tecida entre distintos modos de existência e, sobretudo, de sustentar os possíveis efeitos transformadores que disto decorreriam, tornando caduca a cartografia dominante. O que se interrompe com essa visão reduzida à macropolítica é a possibilidade da força vital cumprir seu destino ético: a invenção de respostas às necessidades de mudança, advindas precisamente dos efeitos da alteridade (humana e não humana) nos corpos que compõem o tecido social (ROLNIK, 2018, p. 120).

A noção de “inclusão”, portanto, não deve ser considerada como equivalente ou como parte das ações de reparação, já que incluir não é uma proposição de um desvio do que está posto. É, na verdade, um apagamento da alteridade, como atualização da violência e do silenciamento de modos de existência. Da mesma forma, nas clínicas públicas e escutas territoriais, é preciso estar advertido da impossibilidade de um decalque da clínica privada, pois isso seria uma recusa dos efeitos da alteridade. É preciso inquietar-se com o outro, estranhar, reconhecer a diferença radical do outro.

COLETIVOS DE PSICANÁLISE COMO APOSTA DE TRANSFORMAÇÃO

Como diz o ditado que inaugura este texto, um rio que esquece sua fonte seca e morre; mas ele segue vivo, corre, avança. Aquele que reconhece sua origem sem se fixar rigidamente pode pensar e agir a partir dela, possibilitando transformações que não tornam a prática menos legítima que outrora. A psicanálise foi sendo transformada, pelo próprio Freud e por seus seguidores, sem perder de vista seus fundamentos, movimentando e ventilando sua práxis. Ao acessar outros territórios, principalmente aqueles onde nos aproximamos da realidade brasileira de fato, um país com 56% da população declarada negra ou parda (IBGE, 2022), escutamos as brutas marcas da nossa história, de uma sociedade fundada na escravidão e no genocídio indígena. Nessas escutas, reconhecemos os efeitos traumáticos da violência de Estado e do pacto da branquitude enquanto perpetrador da violência. Portanto, estes trabalhos se fundam na perspectiva da possibilidade de que o sujeito possa dar seu testemunho, narrar os silenciamentos, inscrevendo sua experiência individual em um espaço coletivo.

Entendo que há uma diferença entre a militância política, enquanto um movimento que constrói ações de resistência e luta política para a transformação da sua própria realidade, e o trabalho realizado pelos coletivos de psicanálise. Estes acessam territórios que não são os seus, amparados pelos fundamentos que sustentam a escuta analítica, como aposta de que a experiência de análise possa fazer advir um sujeito ético político, que possa falar de si, saindo de um *lugar*, no qual é colocado, para uma *posição*, na qual pode escolher. Desse modo, são psicanalistas que não estão inseridos naquela realidade e não fazem parte daquele grupo e, neste lugar de estrangeiro e de abstinência, tem-se a possibilidade de escuta analítica. Além do que é próprio à psicanálise, considero que são dispositivos que também se amparam em tripés que podemos inferir das publicações de Rolnik e Gros. Rolnik parte de uma perspectiva ética do exercício do pensamento, como um processo de *escuta, implicação e criação*, e conclui que os efeitos dessa forma de pensar são “o contágio potencializa-

ARTIGO

dor das subjetividades que o encontram” (ROLNIK, 2018, p. 91), além de uma transfiguração e transvalorização da lógica predominante. Gros (2018) também se ampara em um tripé: *dissidência cívica, obrigação ética e responsabilidade*, como forma de resistência provocada por uma covibração entre os vários si indelegáveis, quando já não se pode mais obedecer e manter o instituído.

Para que um dispositivo funcione enquanto uma prática coletiva, é necessário que haja laço, que se produz nas ressonâncias e no contágio das inquietações e criações de cada subjetividade que o compõem. Uma aposta, compartilhada por vários sujeitos, em direção aos efeitos transformativos da escuta daqueles que não acessam a clínica privada, mas que têm muito a testemunhar de si e de seu mundo. Portanto, quando nos disponibilizamos para esta escuta pública e territorial, criamos dispositivos que possibilitam o testemunho daqueles que são silenciados em sua forma de existência e subjetividade, justamente pela compreensão de que não há como ficar neutro e passivo diante do apagamento de alteridades. Possibilita-se, assim, o *reconhecimento coletivo* dos modos de subjetivação que desviam do discurso hegemônico. É um trabalho que aponta a produção de diferença e não a repetição do instituído e, dessa forma, faz-se necessária certa dose de estranhamento, desobediência, experimentação e surpresa. Se deixamos de nos surpreender com aquilo que vem do outro e da cultura, é porque já não escutamos. E se seguimos nos surpreendendo, é porque estamos abertos às múltiplas subjetividades da nossa época e ainda há caminhos não percorridos, possíveis de criação e transformação. Afinal, é preciso reconhecer-se na origem, enquanto alicerce organizador de uma prática. Contudo, também é preciso movimentar-se pelo tempo e pelo espaço, como um rio que segue seu curso e deságua na vastidão do mar.

REFERÊNCIAS

- BROIDE, Emilia; AB'SÁBER, Tales. Clínicas públicas de psicanálise. *Revista Lacuna*, São Paulo, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2017/04/28/n3-02/>>. Acesso em: 19 set. 2023.
- DANTO, Elizabeth Ann. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- DUNKER, Christian. A psicanálise nos espaços públicos. In: BROIDE, Emilia; KATZ, Ilana (Orgs.). *Psicanálise nos espaços públicos*. São Paulo: IP/USP, 2019.
- FREUD, Sigmund. Caminhos da terapia psicanalítica (1919). In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas Vol. 14*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas Vol. 6*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899). In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. I)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.
- LAPLANCHE, Jean. *A tina: a transcendência da transferência*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PAIM FILHO, Ignácio A.; PAIM, Augusto Maschke. *Racismo e psicanálise: a saída para a grande noite*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2023.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

URRIBARRI, Fernando. André Green: paixão clínica, pensamento complexo. Em direção ao futuro da psicanálise. Posfácio do livro de André Green, *Ilusões e desilusões do trabalho psicanalítico* (Paris, 2010). *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 10, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/AndreGreen.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2023.